



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
4ª VARA DO TRABALHO DE CORONEL FABRICIANO – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
DANIELE CRISTINE MORELLO BRENDOLAN MAIA**



**JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 8.432, de 11-6-1992  
Data da instalação: 2-4-1993  
Data de Implantação do PJe: 29-4-2015**

Jurisdição: Coronel Fabriciano, Antônio Dias, Belo Oriente, Iapu, Ipaba, Ipatinga, Jaguarapu, Joanésia, Marliéria, Mesquita, Santana do Paraíso e Timóteo.

**Edital de Correição divulgado no DEJT em 10-1-2025, p. 5/6.**



### ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 3-4-2024

Às 10 (dez) horas do dia 29 (vinte e nove) de janeiro de 2025, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **Antônio Carlos Rodrigues Filho**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 4ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano, situada na Rua José Gomes Ferreira, 90 – 2º andar, na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região. Presentes a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Daniele Cristine Morello Brendolan Maia**; o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Uilliam Frederic D' Lopes Carvalho**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Matilde Araújo Paiva, os servidores Albertino Arruda de Almeida Júnior, Daniel Alefe Gouveia de Mello, Joel Soares de Almeida, Luciana Linhares Vargas de Aquino, Paulo de Oliveira Reis e Rayssaluara Ferreira de Sousa; os estagiários Elizangela Perazio Teixeira Costa e João Vítor Pereira Bicalho. Participaram, de forma remota, por meio da plataforma de videoconferência Zoom, os servidores Alice Cristina Araújo de Souza e Sérgio Soares de Lima e Vânia Maria Fraga.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

#### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 17 processos, distribuídos neste ano até o dia 13-1-2025, apurando-se a média de 3,4 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu, até o dia 13-1-2025, 4 cartas precatórias executórias. Das recebidas em 2025, nenhuma foi devolvida para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

**1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 954 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses 6 processos foram remetidos neste ano até o dia 13-1-2025.

**1.4. PROCESSOS COM O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO PARA ELABORAR SENTENÇA/DECISÃO** – Há 45 processos para minutar sentença e minutar decisão, no prazo legal.

**1.5. PROCESSOS AGUARDANDO LAUDO PERICIAL** – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 129 processos com perícia designada, aguardando laudo.



**1.6. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constam 25 mandados expedidos no PJe, no ano em curso, dentre os quais 19 pendentes de cumprimento, no prazo.

**1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 5 processos sobrestados.

Em consulta ao Sistema de Gestão de Precedentes (Sistema “Nugap Nacional”), constatou-se que não há processos sobrestados com Tema já julgados, com incidentes de Repercussão Geral.

**1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO**

**1.8.1. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -**

**PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NA FASE DE CONHECIMENTO:**

(de 1º-1-2025 até 13-1-2025)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	245
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	397
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	52

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	38
--	----



Não há processos com mais de 300 dias sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução.

### **1.9. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO**

Existem 1.053 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.045 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 4 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 4 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2025 até 13/01/2025

No ano anterior, até dia 13/01/2024 - havia 1.186 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 935 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 6 processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 245 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

### **TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS 2024 e 2025** (dados apurados em 2025 até o dia 13-1)

#### **Decisões na fase execução:**

	<b>2024</b>	<b>2025</b>
<b>01-JANEIRO</b>	35	4
<b>02-FEVEREIRO</b>	63	
<b>03-MARÇO</b>	71	
<b>04-ABRIL</b>	67	
<b>05-MAIO</b>	66	
<b>06-JUNHO</b>	86	
<b>07-JULHO</b>	94	
<b>08-AGOSTO</b>	70	
<b>09-SETEMBRO</b>	58	
<b>10-OUTUBRO</b>	72	
<b>11-NOVEMBRO</b>	76	
<b>12-DEZEMBRO</b>	57	



<b>Totais</b>	815	4
---------------	-----	---

**Alvarás expedidos:**

	2024		
	PJE	SIF	SISCONDJ
<b>02-FEVEREIRO</b>			26
<b>03-MARÇO</b>			25
<b>04-ABRIL</b>	5	5	31
<b>05-MAIO</b>	1		14
<b>06-JUNHO</b>			19
<b>07-JULHO</b>	2	2	
<b>09-SETEMBRO</b>	4	3	
<b>Totais</b>	12	10	115

**1.10. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES:** de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 13-1-2025, existem 33 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
<b>Embargos de Declaração Pendentes</b>	7
<b>Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes</b>	24
<b>Tutelas Provisórias Pendentes</b>	2
<b>Total</b>	33

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 29-1-2025 havia 20 processos:

a) uma por videoconferência (rito sumaríssimo): 3 processos;

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

- b) inicial por videoconferência: 10 processos;
- c) instrução por videoconferência: 6 processos;
- d) conciliação em conhecimento por videoconferência: 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0011392-88.2024.5.03.0097, 0011283-74.2024.5.03.0097, 0011324-41.2024.5.03.0097, 0011396-28.2024.5.03.0097, 0011330-48.2024.5.03.0097, 0011336-55.2024.5.03.0097, 0011338-25.2024.5.03.0097, 0011339-10.2024.5.03.0097, 0011591-13.2024.5.03.0097 e 0011581-66.2024.5.03.0097.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS, PROCESSOS SOBRESTADOS, PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO, PROCESSOS JULGADOS, PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Exame dos autos dos processos do PJe: 0011555/24, 0010017/25, 0010013/25, 0010014/25, 0010009/25, 0011483/24, 0011630/24, 0011628/24, 0011582/24, 0011552/24, 0093000/09, 0010347/20, 0011402/17, 0010229/19, 0010627/24, 0010590/24, 0011169/24, 0011256/24, 0011050/24, 0010817/24, 0011023/24, 0011168/24, 0011220/24, 0010099/24, 0010311/24, 0010741/24, 0010354/24, 0011230/24, 0010033/24, 0010013/24, 0010440/24, 0010493/24, 0010434/24, 0010551/24, 0010190/24, 0010116/24, 0010508/24, 0010568/24, 0010547/24, 0010578/24, 0010056/24, 0010759/21, 0010103/23, 0010533/24, 0010491/23, 0010897/23, 0010094/21, 0010460/20, 0010254/23, 0010429/21, 0010863/21, 0010026/20, 0010420/22, 0011027/22, 0010817/22, 0010306/22, 0010519/24, 0011244/24, 0011514/24, 0011407/24, 0011355/24, 0011463/24, 0010821/24, 0011013/24, 0011447/24, 0010850/24, 0010639/24, 0010748/24, 0010823/24, 0010837/24.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se:

0011169/24, 0011256/24, 0011050/24, 0010817/24, 0011023/24: processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.

0010103/23: excesso de prazo na elaboração dos cálculos – Id 75ee0e3 (mais de 30 dias).

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação, Processo 0010921-72.2024.5.03.0097.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 12 ações civis públicas em tramitação.

	Processo	Classe	Tarefa
--	----------	--------	--------



<b>Conhecimento</b>	0000671-92.2015.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010154-68.2023.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010175-83.2019.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010195-16.2015.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010324-45.2020.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
	0010457-82.2023.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando prazo
	0010719-32.2023.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando apreciação pela instância superior
<b>Execução</b>	0010024-59.2015.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando final do sobrestamento
	0010238-79.2017.5.03.0097	Ação Civil Pública	Cumprimento de Providências
	0010490-14.2019.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando final do sobrestamento
	0011499-79.2017.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando final do sobrestamento
<b>Liquidação</b>	0010032-60.2020.5.03.0097	Ação Civil Pública	Aguardando prazo

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 33 ações civis coletivas em tramitação.

	<b>Processo</b>	<b>Classe</b>	<b>Tarefa</b>	
<b>Conhecimento</b>	0010002-49.2025.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando audiência	
	0010012-93.2025.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando audiência	
	0010022-11.2023.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010041-51.2022.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela	

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA

			instância superior	
	0010111-58.2023.5.03.0089	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010247-94.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo	
	0010276-81.2023.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010338-87.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Elaborar sentença	
	0010374-32.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Elaborar sentença	
	0010502-23.2022.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010528-89.2020.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010669-69.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010834-53.2023.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010884-45.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando audiência	
	0010894-02.2018.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010895-84.2018.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

	0010896-69.2018.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010898-39.2018.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0010899-24.2018.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
	0011095-81.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo	
	0011303-65.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando audiência	
	0011372-97.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando audiência	
	0011469-97.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando audiência	
	0011475-07.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando audiência	
	0011615-41.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando audiência	
	0011624-03.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo	
	0012144-41.2016.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
<b>Execução</b>	0001580-76.2011.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Conclusão ao magistrado	
	0010143-83.2016.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando final do sobrestamento	
<b>Liquidação</b>	0010930-68.2023.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo	
	0010951-78.2022.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo	
	0011284-59.2024.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando prazo	

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

	0011670-07.2015.5.03.0097	Ação Civil Coletiva	Aguardando apreciação pela instância superior	
--	---------------------------	---------------------	---	--

**2.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS EXISTENTES EM PROCESSOS ARQUIVADOS E/OU AINDA ATIVOS** – De acordo com levantamento realizado pelo Núcleo Garimpo, constatou-se que não há, na unidade judiciária, débito(s) não efetivamente pago(s) em processo(s) arquivados e/ou a existência de saldo(s) em conta(s) de processo(s) ainda ativo(s).

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –**

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2023	2024	2025
Procedimento sumaríssimo/ordinário	49	46	0
Instrução processo eletrônico	215	185	0

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2023	2024	2025
Procedimento sumaríssimo	31	11	18-2-25 - 15 dias
Procedimento Ordinário	31	43	28-4-25 - 57 dias
Instrução	117	144	01º-7-25 - 101 dias

**DECISÕES/SENTENÇAS PROFERIDAS**

**Ano 2025, até o dia 13-1, com 5 dias de expediente forense:**

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	3	0,6
Julgados procedentes em parte	30	6
Julgados improcedentes	9	1,8
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com exame de mérito</b>	<b>42</b>	<b>8,4</b>
Extintos sem resolução de mérito	0	0
Arquivamento	0	0
Desistência	0	0
Outras decisões sem resolução de mérito	0	0



<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Decisões de conhecimento</b>	<b>42</b>	<b>8,4</b>
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	<b>2</b>	<b>0,4</b>
<b>Conciliações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Decisões de incidentes na liquidação/execução</b>	<b>2</b>	<b>0,4</b>
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>14,8</b>

**Ano 2024, com 236 dias de expediente forense:**

	<b>2024</b>	<b>Média/dia útil</b>
Julgados Procedentes	28	0,119
Julgados procedentes em parte	683	2,894
Julgados Improcedentes	84	0,356
Extintos com resolução de mérito	1	0,004
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
<b>Total com resolução de mérito</b>	<b>796</b>	<b>3,373</b>
Extintos sem resolução de mérito	23	0,097
Arquivamento	83	0,352
Desistência	37	0,157
Outras decisões sem resolução de mérito	43	0,182
<b>Total sem resolução de mérito</b>	<b>186</b>	<b>0,788</b>
<b>Decisões de conhecimento</b>	<b>982</b>	<b>4,161</b>
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	<b>373</b>	<b>1,581</b>
<b>Conciliações</b>	<b>334</b>	<b>1,415</b>



<b>Decisões de incidentes na liquidação/execução</b>	280	1,186
<b>Total</b>	1.969	8,3

#### 4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na unidade, as audiências são realizadas, de segunda a quinta-feira, a partir das 8h00min, 08h15min, 13h00min ou 13h15min. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as iniciais de procedimento ordinário. Por sua vez, para as instruções, o intervalo é de 40 a 60 minutos.

Informou, ainda, a Secretária da Vara do Trabalho, que a unidade faz o uso efetivo do Sistema de Designação de Oitiva de Testemunhas por Videoconferência (SISDOV) e do Sistema de Cálculo Trabalhista do Processo Judicial Eletrônico (PJE-CALC). Não usa o WIKI-VT.

Em atendimento ao artigo 32, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declara a magistrada titular que comparece nesta unidade organizacional 3 dias úteis na semana - terças, quartas e quintas-feiras.

#### Audiências realizadas em dezembro de 2024, com 14 dias úteis:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
<b>Conciliação em conhecimento</b>	5	0,357
<b>Conciliação em execução</b>	12	0,857
<b>*Encerramento de instrução</b>	0	0
<b>Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)</b>	53	3,786
<b>Inquirição de testemunha (juízo deprecado)</b>	0	0
<b>Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)</b>	49	3,5



<b>Una / Una (rito sumaríssimo)</b>	37	2,643
<b>Total</b>	156	11

\* Os encerramentos de instrução não são totalizados

**TABELAS COMPARATIVAS DOS ANOS 2024 e 2025**  
 (dados apurados em 2025 até o dia 13-1)

**Audiências realizadas:**

	<b>2024</b>
<b>01-JANEIRO</b>	117
<b>02-FEVEREIRO</b>	211
<b>03-MARÇO</b>	203
<b>04-ABRIL</b>	282
<b>05-MAIO</b>	245
<b>06-JUNHO</b>	271
<b>07-JULHO</b>	260
<b>08-AGOSTO</b>	262
<b>09-SETEMBRO</b>	261
<b>10-OUTUBRO</b>	251
<b>11-NOVEMBRO</b>	295
<b>12-DEZEMBRO</b>	156
<b>Totais</b>	2814

**Conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução:**

	<b>Conhecimento</b>	<b>Execução</b>	<b>Liquidação</b>
	<b>2024</b>	<b>2024</b>	<b>2024</b>
<b>01-JANEIRO</b>	11	1	3
<b>02-FEVEREIRO</b>	32	4	10
<b>03-MARÇO</b>	30	9	9
<b>04-ABRIL</b>	28	15	11

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA E VICE-CORREGEDORIA**

<b>05-MAIO</b>	22	11	12
<b>06-JUNHO</b>	44	5	7
<b>07-JULHO</b>	27	9	11
<b>08-AGOSTO</b>	31	9	13
<b>09-SETEMBRO</b>	23	15	17
<b>10-OUTUBRO</b>	38	7	10
<b>11-NOVEMBRO</b>	44	10	10
<b>12-DEZEMBRO</b>	30	3	16
<b>Totais</b>	360	98	129

**Sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento:**

	<b>2024</b>	<b>2025</b>
<b>01-JANEIRO</b>	74	42
<b>02-FEVEREIRO</b>	96	
<b>03-MARÇO</b>	86	
<b>04-ABRIL</b>	117	
<b>05-MAIO</b>	115	
<b>06-JUNHO</b>	117	
<b>07-JULHO</b>	90	
<b>08-AGOSTO</b>	123	
<b>09-SETEMBRO</b>	101	
<b>10-OUTUBRO</b>	144	
<b>11-NOVEMBRO</b>	156	
<b>12-DEZEMBRO</b>	97	
<b>Totais</b>	1316	42

**Despachos:**

	<b>2024</b>	<b>2025</b>
<b>01-JANEIRO</b>	989	231
<b>02-FEVEREIRO</b>	1435	
<b>03-MARÇO</b>	1837	



<b>04-ABRIL</b>	2150	
<b>05-MAIO</b>	2161	
<b>06-JUNHO</b>	2122	
<b>07-JULHO</b>	2130	
<b>08-AGOSTO</b>	2030	
<b>09-SETEMBRO</b>	2037	
<b>10-OUTUBRO</b>	2031	
<b>11-NOVEMBRO</b>	1627	
<b>12-DEZEMBRO</b>	1260	
<b>Totais</b>	21809	231

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro (a) magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

#### 5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

<b>Movimentação Anual de Processos</b>			
	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025 até 13-1</b>
Processos recebidos	1.119	1.477	17
Média por dia útil	4,8	6,2	3,4
Processos remanescentes do ano anterior - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (60, 61, 62, 65, 90060, 90061, 90062, 90065)	679	605	696
Sentenças anuladas	7	5	0
<b>Total de processos para solução - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (26, 27, 29, 31, 32, 60, 61, 62, 65, 90026, 90027, 90031, 90032, 90029, 90060, 90061, 90062, 90065)</b>	<b>1.805</b>	<b>2.087</b>	<b>713</b>
Processos solucionados - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48,	1.173	1.316	42



49, 90039, 90040, 90041, 90042, 90043, 90044, 90046, 90047, 90048, 90049)			
Processos conciliados - Fase de conhecimento - Itens e-Gestão (39, 90039)	266	334	0
Produtividade	64,98%	63,05%	5,89%

Quanto ao número de processos, verificou-se que, em 2024, houve um aumento de 31,99%. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2024 houve uma diminuição de 3%.

**5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST)** – foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CGJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país. Instrumento eficaz de gestão, o IGEST pode ser utilizado como um balizador da vara na busca por melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. O IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2021-2026 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR N. 104, de 18 de dezembro de 2018, alterada pela Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR N. 220, de 20 de janeiro de 2022.

**MESOINDICADORES IGEST:** (de 1º-1-2025 até 13-1-2025)

**5.1.1 MESOINDICADOR ACERVO:** O mesoindicador Acervo é composto pelos indicadores I01 – Idade Média do Pendente de Julgamento, I02 – Pendentes e I03 – Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido.

**I01** – Indicador Idade média do Pendente de Julgamento: representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2017	1	8
2019	1	6
2023	12	2
2024	664	1





2025 – ano de referência	16	
TOTAL	694	1,01

**I02** – Indicador Pendentes: representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	838

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	341

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	0
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	665

**I03** – Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido: representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

(fonte: e-Gestão)

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0



	conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	52

**5.1.2. MESOINDICADOR CELERIDADE:** o mesoindicador Celeridade é composto pelos indicadores I04 – Prazo Médio na Fase de Conhecimento, I05 – Prazo Médio na Fase de Liquidação e I06 – Prazo Médio na Fase de Execução.

**I04** – Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento: representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	42	226

**I05** – Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação. (fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	2	996

**I06** – Indicador Prazo Médio Fase de Execução: representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	2	1.576
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	0	0

**5.1.3. MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE:** o mesoindicador Produtividade é composto pelos indicadores I07 – Taxa de Conciliação, I08 – Taxa de Solução e I13 – Taxa de Execução.

**I07 – Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento:** representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.  
(fonte: e-Gestão)

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	0
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	42

**I08 – Indicador Taxa de Solução:** representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.  
(fonte: e-Gestão)

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	42
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	17



**I13** – Indicador Taxa de Execução: representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

(fonte: e-Gestão)

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	3
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	2

**5.1.4. MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO:** o mesoindicador Congestionamento é composto pelos indicadores I09 – Taxa de Congestionamento no Conhecimento e I10 – Taxa de Congestionamento na Execução.

**I09** – Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento: representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	838
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	6

**I10** – Indicador Taxa de Congestionamento na Execução: representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	665
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	1

#### **5.1.5. MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO**

**I11** – Indicador Produtividade por Servidor: representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

(fonte: e-Gestão)

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	6
----------------------------------	--	---



Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	1
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

**I12** – Indicador Pendentes por Servidor: representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

(fonte: e-Gestão)

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	838
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	665
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	10

#### 5.1.6. PERFIL DA VARA DO TRABALHO:

Perfil da Vara do Trabalho		Coronel Fabriciano - 04a Vara			
Indicadores / Período de referência	Ano 2023 01/01/2023 a 31/12/2023	1º trim 2024	2º trim 2024	3º trim 2024	
		01/04/2023 a 31/03/2024	01/07/2023 a 30/06/2024	01/10/2023 a 30/09/2024	
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0.20	0.74	0.39	0.16
	I02 - Pendentes	2,009	1,971	1,994	2,071
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	5.77	2.94	0.00	0.00



	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	311.23	220.13	203.80	198.56
	I05 - Prazo médio no cumprimento de sentença (em dias)	907.17	880.72	626.09	536.33
	I06 - Taxa de conciliação (%)	25.02	31.48	32.94	33.91
	I07 - Taxa de solução (%)	104.17	93.96	90.16	84.94
	I12 - Taxa de extinção (%)	71.27	76.34	70.92	82.42
	I08 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	36.39	35.60	39.05	41.62
	I09 - Taxa de congestionamento no cumprimento de sentença (%)	48.36	46.61	47.46	48.08
	I10 - Produtividade por servidor	263.90	274.00	255.20	251.20
	I11 - Pendentes por servidor	200.90	197.10	199.40	207.10
<b>Meso</b>	Acervo	0.67	0.72	0.37	0.36
	Celeridade	0.79	0.67	0.62	0.62
	Produtividade	0.48	0.56	0.64	0.71
	Congestionamento processual	0.55	0.55	0.61	0.68
	Força de trabalho	0.44	0.43	0.48	0.53
<b>Macro</b>	<b>IGEST</b>	<b>0.5884</b>	<b>0.5857</b>	<b>0.5472</b>	<b>0.5811</b>
	Posição IGEST	139	135	122	136
	Movimentação processual	1001 a 1500	1001 a 1500	1001 a 1500	2501 ou Mais

**6. ARRECADAÇÃO – Ano 2024**

<b>Contribuição Previdenciária</b>	<b>Imposto de Renda</b>	<b>Valores pagos aos reclamantes por execução,</b>
------------------------------------	-------------------------	--



		acordo ou pagamento espontâneo
R\$6.752.787,34	R\$1.303.850,31	R\$48.824.786,80

**7. PORTARIAS** – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, encontra-se em vigor, na unidade, a Portaria nº 1/2016, que estabelece práticas administrativas.

**8. FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE PESQUISA PATRIMONIAL** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Foram encontrados 6 excessos de prazo em 2024.

PJe

Escaneio de petições não apreciadas: 27, mais antiga, 15-1-25.

Prazo vencido: 5, mais antigo, 16-1-25.

Processos arquivados sem extinção da execução: sistema em manutenção impossibilitando a apuração de dados.

Registra-se que, durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas alterações, bem como a suspensão de prazos processuais, nos termos do art. 775-A da CLT.

**10. Gestão Estratégica** – Os resultados das metas 2024 estão disponíveis, para fins de conferência e acompanhamento na intranet do TRT3, no seguinte endereço eletrônico:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizThlNGEYyYUuYU0Y2NkLWFiZmYtMjNjNmNlYzdiZTI4IiwidCI6ImNjZDk5MTdlLWNiNDctNDJhNS1hMjYyLWUyMjYyZGZGNlZjZlYiI9>

**Meta 1:** O glossário das Metas Nacionais e o painel de acompanhamento dos resultados processuais ainda não foram disponibilizados para o ano de 2025.

Em 2024, a Meta Nacional 1 consistia em “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

**Cláusula de barreira:** Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2024, menor que 40%.

**Finalidade:** aferir o percentual de processos julgados em relação ao número de processos distribuídos no período de referência, inclusive os processos de anos anteriores que passaram



a se enquadrar nos critérios da meta e não possuíam julgamento, de modo a diminuir o acervo processual.

**Critério de cumprimento:**

A meta estará cumprida se, ao final do ano:

- O percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%; ou
- O percentual de cumprimento for inferior a 100%, mas o indicador Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento do Justiça em Números, em 2024, for menor que 40%.

Esta unidade organizacional, a despeito de ter atingido IPJ de 89,69% (< 100%), apresenta Taxa de Congestionamento Líquida na Fase de Conhecimento (TCLC) de 38,32% (< 40%).

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

**Meta 2:** O glossário das Metas Nacionais e o painel de acompanhamento dos resultados processuais ainda não foram disponibilizados para o ano de 2025.

Em 2024, a Meta Nacional 2 consistia em 2 análises relacionadas ao Índice de Processos Antigos Julgados:

- 1) IPAJ (Parte 1): “Julgar, até 31/12/2024, pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022”.
- 2) IPAJ (Parte 2): “Julgar, até 31/12/2024, 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais”.

**Finalidade:** aferir o percentual de processos antigos julgados em relação ao número de processos antigos distribuídos até o período de referência, de modo a diminuir o acervo processual.

**Critério de Cumprimento:** percentual de cumprimento da meta por período de referência.

- 1)  $(\text{Processos antigos julgados (2022)} / \text{Processos antigos distribuídos líquidos (2022)}) \times (1000/9,3)$
- 2)  $(\text{Processos antigos julgados (2020)} / \text{Processos antigos distribuídos líquidos (2020)}) \times (1000/9,8)$

Nesse contexto, a meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% nos dois indicadores.

Em relação ao primeiro critério, esta unidade organizacional atingiu IPAJ de 100,00%, tendo alcançado um índice de 107,53% de cumprimento da meta.





Por seu turno, em relação ao segundo, atingiu IPAJ de 100,00%, tendo alcançado um índice de 102,04% de cumprimento da meta.

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

**Meta 3:** O glossário das Metas Nacionais e o painel de acompanhamento dos resultados processuais ainda não foram disponibilizados para o ano de 2025.

Em 2024, a Meta Nacional 3 consistia em “Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2021/2022 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação”.

**Finalidade:** aferir o percentual de processos solucionados por conciliação em relação ao total de processos solucionados, com vistas a reduzir a demanda judicial por meio da adoção de soluções consensuais para os conflitos.

A meta correspondia ao atingimento de índice de 34,48%.

Esta unidade organizacional atingiu IC de 31,36%, tendo, portanto, atingido índice de cumprimento de 90,94% (< 100%).

Ademais, cumpre salientar que a unidade obteve IC inferior ao índice estabelecido como cláusula de barreira:  $31,36\% < 38\%$ .

Conclui-se, pois, que a meta não foi cumprida.

**Meta 5:** O glossário das Metas Nacionais e o painel de acompanhamento dos resultados processuais ainda não foram disponibilizados para o ano de 2025.

Em 2024, a Meta Nacional 5 consistia em “Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023”. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

**Cláusula de barreira:**

- Taxa de Congestionamento Líquida de Processo de Conhecimento (TCLC) em 2024  $\leq$  40%
- Taxa de Congestionamento Líquida de Execução Não Fiscal (TCLEXNFISC) em 2024  $\leq$  65%

Obs.: são necessárias as duas condições em conjunto.

**Finalidade:** aferir o percentual de processos que, no período de 12 meses, permaneceu em tramitação sem solução definitiva. São desconsiderados os processos suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório e as execuções fiscais.



**Critério de Cumprimento:** a meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for maior ou igual a 100%, desde que as TCLs estejam acima da cláusula de barreira.

Esta unidade organizacional atingiu TCL na fase de conhecimento de 38,32% e TCL na fase de execução de 31,58%, alcançando, portanto, de modo global, uma TCL de 35,61%. Sob tal cenário, considerando que a meta era de 35,84%, conclui-se pela obtenção de índice de cumprimento correspondente a 100,65%.

Além disso, cumpre salientar que a unidade obteve TCLC e TCLE inferiores às respectivas cláusulas de barreira ( $38,32\% < 40\%$  —  $31,58\% < 65\%$ ).

Conclui-se, pois, que a meta foi cumprida.

**11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

**12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e artigo 20, da Resolução nº 435, de 28-10-2021, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

### **13. RECOMENDAÇÕES:**

#### **13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, bem como suas alterações, que dispoem sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, também, que seja (m):

1) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes nos Painéis Interativos de Business Intelligence (BI), quais sejam: Painel das Metas Nacionais do CNJ, Painel do IGEST, Painel de Produtividade, Painel de Processos Aptos para Julgamento e Painel da Meta 9 do CNJ (Agenda 2030), disponíveis



em <https://portal.trt3.jus.br/internet/institucional/gestao-estrategica/analise-de-dados/principal> ;

2) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

3) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 1/2021 que recomenda “aos Juízes Titulares e Substitutos, em exercício na Primeira Instância, na capital e no interior que promovam a ampliação da pauta de audiências em ao menos 50 % do quantitativo habitual de audiências realizadas na respectiva vara do trabalho, nos períodos em que houver designação de juiz auxiliar para atuar conjuntamente com o magistrado responsável pela unidade judiciária”;

4) cumprida a Resolução Conjunta GP.GCR.GVCR N. 211/2021, que regulamenta a utilização do Sistema de Designação de Oitiva por Videoconferência (SISDOV), em cartas precatórias, para a oitiva de testemunhas, partes e auxiliares da justiça;

5) cumprida a Resolução Conjunta GP/GVP1/GCR/GVCR N. 203 de 13 de setembro de 2021 que dispõe sobre a adoção do Fluxograma Paradigma de Liquidação e de Execução, disponível na intranet deste Regional, em serviços – execução paradigma – fluxos de trabalho, modelos de documentos e POPs;

6) utilizado o acesso de forma automática com perfil amplo para magistrados e secretários de Vara do Trabalho ao Sistema Garimpo, para consulta às contas de depósitos judiciais e recursais em processos arquivados a partir de 15-02-2019, para fins de pagamento de execuções pendentes, nos termos da competência da Resolução Conjunta GP/GCR n. 136/2020. O cadastro de outros servidores poderá ser concedido para acesso restrito a processos da própria unidade, por meio de solicitação do magistrado à Secretaria de Suporte e Atendimento (SESA) da Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (DTIC);

7) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 108 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e inciso III do artigo 108 do Provimento Geral Consolidado deste Regional. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

8) proferidas sentenças líquidas na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, envidando esforços para que, no mínimo 10% das sentenças prolatadas no mês, por



juiz, sejam líquidas, realizadas pelo sistema do PJe-Calc, em cumprimento ao contido na ata de correição realizada neste Regional pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no ano 2021, conforme recomendado por meio do Ofício Circular Conjunto N. GCR/GVCR/15/2021;

9) observadas as diretrizes na realização do juízo de admissibilidade dos recursos, conforme artigo 32, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

10) observado o correto lançamento dos dados nos sistemas garantindo a fidedignidade das informações estatísticas disponibilizadas no Sistema e-Gestão, conforme Recomendação nº1/GCGJT, de 19 de outubro de 2022;

11) esclarecidas quaisquer dúvidas sobre o IGEST e as Metas Nacionais do CNJ, assim como a geração de dados adicionais, por meio da abertura de chamado na Intranet do TRT3 via Portal CSTI (Sistemas>ABERTURA DE CHAMADOS TI E PJE – PORTAL CSTI>Página Inicial > Estatística) ou pelo link (<https://portalesti.trt3.jus.br/assystnet/#services/227>), atendimento que será prestado pela Divisão de Estatística e Análise de Dados (DESTAD) da Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE);

12) utilizada regularmente pelos magistrados e servidores, a ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância – WIKI-VT na tramitação dos processos”, conforme Ofício Circular SECVCR/7/2023, de 5 de maio de 2023. A ferramenta pode acessada por meio do link (<https://fluxonacional.jt.jus.br/index.php/Especial:Autenticar-se>), mediante login (CPF) e senha. No primeiro acesso, deve-se clicar em “Esqueceu sua senha?”, para receber por e-mail uma senha provisória e utilizá-la para fazer o login no sistema e cadastrar a senha definitiva;

13) cumpridos os Ofícios-Circulares n. CGJT/30/2023 e n. GCR/34/2023, que dispõem sobre arquivamento definitivo do processo de execução no âmbito da Justiça do Trabalho, conforme o art. 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral, procedimentos contrários, verificados principalmente em reunião de execuções, expedição de precatórios, homologações de acordo e expedição de certidões para habilitação em recuperação judicial/falência, geram efeitos deletérios, porque, além de criarem um desvio estatístico, também implicam prejuízo às Varas do Trabalho e aos magistrados que observam as normas de regência. Para as hipóteses mencionadas deve-se utilizar movimentos próprios: 50127 – Suspenso o processo por reunião de processos na fase de execução (Processo principal nº número do processo); 50142 - Suspenso o processo por falência ou recuperação judicial; e 11014 - Suspenso ou sobrestado o processo por convenção das partes para cumprimento voluntário da obrigação (até que o PJe adote o movimento 15238 - Suspenso o processo por homologação de acordo ou transação).

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

### **13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**



A Corregedoria Regional recomenda seja (m):

- 1) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.10 desta Ata;
- 2) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 3) realizado, pela magistrada e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais;
- 4) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/2025: Julgar mais processos que os distribuídos** – julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 2 CNJ/2025: Julgar processos mais antigos** – identificar e julgar até 31/12/2024: pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos (2020) ou mais; **Meta 3 CNJ/2025: Estimular a conciliação** – Aumentar o índice de conciliação em 0,5 ponto percentual à média do biênio 2021/2022, no mínimo, 38% de conciliação e da **Meta 5 CNJ/2025: Reduzir a taxa de congestionamento** – Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2023. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40%. Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

### 13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2024:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão em “ser reconhecido como instituição de excelência, com celeridade e efetividade na prestação jurisdicional”.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

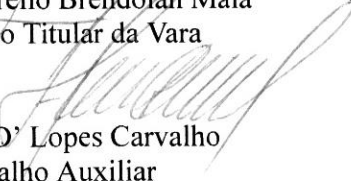
A Correição Ordinária é encerrada às 11 (onze) horas do dia 29 (vinte e nove) de janeiro de 2025, em sessão pública, nos termos do Edital n. 5/2025, divulgado no DEJT de 10-1-2025, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara e pela Secretária da Vara do Trabalho. Prestaram assistência direta ao Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, acima nominado, os servidores Jânio Júlio Fernandes, Marcelo Costa Caixeta e Paulo Vinicius de Faria Pereira.



Antônio Carlos Rodrigues Filho  
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região



Daniele Cristine Morello Brendolan Maia  
Juíza do Trabalho Titular da Vara

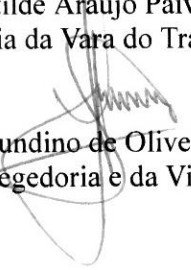


Uilliam Frederic D' Lopes Carvalho  
Juiz do Trabalho Auxiliar



Matilde Araújo Paiva

Secretária da Vara do Trabalho



Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria